

Nota curricular**Dados Pessoais**

Nome: José Couto Nogueira
 Data de nascimento: 1945
 Naturalidade: Lisboa

Habilitações académicas e profissionais

Frequentou o curso de Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade de Lisboa.
 Frequentou economia na London School Economics.
 Profissionalizou-se como fotógrafo de imprensa e de publicidade.

Atividade profissional

De 2012 a 2013

- Trabalhou como técnico especialista no gabinete da Ministra da Justiça do XIX Governo Constitucional, realizando estudos e trabalhos técnicos no âmbito da imprensa.

De 1992 a 2012

- Trabalhou como redator, editor, ou colaborar em várias publicações, nomeadamente a “Exame”, “Demais”, “Icon”, “Expresso”, “GQ”, “O Independente” e jornal “i”.
- Fez um programa de Televisão, “Metropolis”, no CNL.
- Dirigiu o jornal eletrónico “Alface Voadora”.

De 1976 a 1992

- Foi repórter, redator e editor de várias revistas em São Paulo, no Brasil.
- Em 1982 foi correspondente do jornal “O Estado de São Paulo”, em Nova Iorque.

Outras Atividades

- Orienta um curso de escrita criativa.
- Traduz literatura inglesa, clássica e contemporânea.

Publicações

- Publicou dois guias de viagem “Descubra Portugal” para a Ediclube.
- Publicou três romances para a editora D. Quixote.

207603165

Despacho n.º 2507/2014

1—Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunta para exercer funções no meu gabinete, a licenciada Tânia Cristina Piazzentin Ferreira da Mota Silva, consultora da Direção-Geral da Política de Justiça.

2—Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 15 de janeiro de 2014.

3—Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

6 de fevereiro de 2014. — O Secretário de Estado da Justiça, *António Manuel Coelho da Costa Moura*.

Nota curricular

Elementos pessoais:

Nome: Tânia Cristina Piazzentin Ferreira da Mota Silva
 Data de nascimento: 20 de dezembro de 1982
 Naturalidade: Leiria

Formação académica e profissional:

2012—Parte académica do mestrado em Direito concluída, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

2012—Curso Avançado de especialização em Teoria da Legislação e Legística para Quadros Superiores da Direção-Geral da Política de Justiça, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2011—Curso “A Reforma da Ação Executiva no Brasil e em Portugal”, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

2010—Participação no Seminário sobre “Avaliação do Impacto da Legislação”, organizado pela Assembleia da República—Direção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado.

2010—Participação no *Workshop* do Ciclo APDC “Para uma Administração Pública do Século XXI”, intitulado “Dos Operadores de Justiça ao Cidadão: Uma Justiça Eficaz”, organizado pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações.

2010—Participação no 9.º Congresso da *International Association of Legislation* (IAL), subordinado ao tema “*Quality of Legislation – Principles and Instruments*”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

2009—Participação no Colóquio “Qualidade da Legislação – Um Desafio para o Século XXI”, organizado pela Assembleia da República—Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

2009—Ação de Formação “Simplificação da Ação Executiva”, pela *International Faculty for Executives*.

2008—Curso Temático: “Legislação Urbanística: os novos RJGT e RJUE”, pelo Centro de Estudos de Direito e Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente.

2007/2008—Curso Pós-Graduado de especialização em Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa.

2006—Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

Consultora jurídica na área de política legislativa na Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), do Ministério da Justiça (MJ), desde novembro de 2008. No desempenho destas funções, destaca-se a participação, como representante da DGPJ ou do MJ, em diversos grupos de trabalho, constituídos para efeitos de planeamento, implementação, acompanhamento e monitorização de projetos na área da Justiça (em especial, Combate à pendência processual em atraso da ação executiva; Sociedade da Informação – área dos Tribunais; novo Código de Processo Civil) e para elaboração de atos normativos de transposição de diretivas da União Europeia; a redação e análise de anteprojetos de atos normativos; a elaboração de pareceres, notas, memorandos e relatórios sobre diversas questões ou matérias na área da Justiça, a solicitação dos membros do Governo, entidades nacionais, países terceiros ou instituições internacionais, designadamente, Rede de Cooperação Legislativa dos Ministérios da Justiça da União Europeia (RCLUE – NLCEU), Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça (CEPEJ), Banco Mundial, Serviço de Execução de Acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, Conselho da Europa; o acompanhamento de diversas reuniões técnicas no âmbito da avaliação regular do cumprimento do programa de ajustamento financeiro para a área da Justiça, celebrado por Portugal com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional; a realização de estudos de avaliação de impacto normativo, de estudos de direito comparado e de trabalhos de campo de levantamento e análise de informação processual e elaboração dos respetivos relatórios (com especial incidência nas temáticas do processo civil executivo, acesso ao Direito, litigância de má-fé); a elaboração de manual de perguntas e respostas sobre a simplificação da ação executiva; a intervenção, como oradora, em diversas conferências, colóquios, seminários, sessões de divulgação e formação promovidos pela DGPJ ou entidades externas (tais como o Centro de Estudos Judiciários, a Ordem dos Advogados, a Câmara dos Solicitadores, Comissão Europeia), sobre matérias/projetos na área da Justiça (novo regime processual civil executivo, medidas urgentes de combate à pendência em atraso na ação executiva, reforço da supervisão e responsabilização dos agentes de execução, simplificação da ação executiva, regime processual civil experimental, litigância de má-fé). Participou também, como formadora, em curso de formação em legística, ministrado pela DGPJ a uma delegação de juristas moçambicanos.

Entre setembro de 2006 e outubro de 2008, exerceu advocacia como advogada estagiária, tendo acompanhado assuntos em diversas áreas do direito, das quais se destacam o contencioso cível, direito societário, contraordenacional, dos contratos e imobiliário.

Entre agosto e outubro de 2008, exerceu também funções como jurista na SEFIN – Associação Portuguesa de Consumidores e Utilizadores de Produtos e Serviços Financeiros.

Trabalhos publicados:

“Breve excuro sobre o acesso ao Direito em Portugal” e “Funcionamento do sistema de proteção jurídica em Portugal”, em coautoria com Renato Gonçalves—Boletim da Reunião das Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa / Defensoria Pública da União. – N. 1 (abr. 2012)—Brasília: DPU, 2012.

Outras atividades relevantes:

Revisão científica do livro “*Legal English Contexts*”, da autoria de Hélder Fanha Martins e Pedro Fernandes, Sinapis, *Legal English Series*, 2013, ISBN 978-989-691-168-3.

207602793

Despacho n.º 2508/2014

1—Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista a licenciada Patrícia Manuel do Couto Moital, para realizar estudos, trabalhos e prestar apoio